

# O fenômeno das lives no Brasil em tempos da COVID-19: a acessibilidade comunicativa das pessoas cegas em perspectiva

*The phenomenon of lives in Brazil in the days of COVID-19: the communicative accessibility of blind people in perspective*

• **Giovani Ferreira Bezerra**

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Fecha de recepción: 2 de noviembre de 2020

Fecha de aprobación: 17 de diciembre de 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/ricd.3.13.7223>

## NOTAS BIOGRÁFICAS

**Giovani Ferreira Bezerra** é doutor em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor do programa de pós-graduação em Educação e da Faculdade de Educação (Faed) da UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (GEPEI/UFGD).

Contacto: [gfb Bezerra@gmail.com](mailto:gfb Bezerra@gmail.com)

## Resumo

Diante da popularização das *lives* no Brasil, como fenômeno da internet, em meio à pandemia do novo coronavírus, este artigo objetiva compreender se tais *lives* são acessíveis às necessidades e expectativas de pessoas cegas. Adota-se abordagem qualitativa e exploratória, mediante amostras convenientes não estatísticas, em um percurso metodológico indutivo. Para coleta de dados, além das investigações bibliográficas, empregou-se um questionário misto, com perguntas fechadas e abertas, que foi gerado online e, na forma de link, enviado a contatos que pudessem respondê-lo ou direcioná-lo a possíveis respondentes. Foram obtidas 12 respostas, no período de 07 a 30 de setembro de 2020, sendo que não se teve como objetivo estipular uma quantidade determinada de participantes, tampouco se buscou um perfil específico. O critério imprescindível para participar da pesquisa era, basicamente, a pessoa ser cega/com deficiência visual, além de seu interesse e consentimento. Pelos resultados, a audiodescrição emerge como demanda premente das pessoas com cegueira/deficiência visual para a acessibilidade comunicativa na internet, embora também explicitem que, mesmo quando a técnica é supostamente adotada, nem sempre o é de modo adequado, causando prejuízos e assimetrias no acesso à informação transmitida. Diante disso, a incorporação planejada da audiodescrição, com definição de roteiros e ou de pré-roteiros, consultando-se sempre as pessoas que a reivindicam, é um dos caminhos a serem adotados para as transmissões de *lives*. Afinal, o recurso beneficia não só as pessoas com cegueira/deficiência visual, mas pessoas com dislexia, com déficit de atenção, com deficiência intelectual, com dificuldades de leitura, idosos, entre outras. Assim, recomenda-se que as *lives* sejam veiculadas pela lógica inclusiva do desenho universal para o

avanzo rumo a uma racionalidade comunicativa não assimétrica, dialógica e inclusiva, pautada no entendimento intersubjetivo.

### *Abstract*

In view of the popularization of lives in Brazil, as an internet phenomenon, amid the pandemic of the new coronavirus, this article aims to understand whether such lives are accessible to the needs and expectations of blind people. A qualitative and exploratory approach is adopted, using convenient non-statistical samples, in an inductive methodological path. For data collection, in addition to bibliographic investigations, a mixed questionnaire was used, with closed and open questions, which was generated online and, in the form of a link, sent to contacts who could answer it or direct it to possible respondents. Twelve responses were obtained in the period from 07 to 30 September 2020, and it was not intended to stipulate a specific number of participants, nor was a specific profile sought. The essential criterion for participating in the research was, basically, the person being blind/visually impaired, in addition to their interest and consent. From the results, audio description emerges as an urgent demand of people with visual blindness/impairment for communicative accessibility on the internet, although they also explain that, even when the technique is supposedly adopted, it is not always in an appropriate way, causing losses and asymmetries in access to the information transmitted. In view of this, the planned incorporation of audio description, with definition of scripts and or pre-scripts, always consulting the people who claim it, is one of the ways to be adopted for the transmission of lives. After all, the resource benefits not only people with blindness/visual impairment, but people with dyslexia, with attention deficit, with intellectual disability, with reading difficulties, elderly, among others. Thus, it is recommended that lives be conveyed by the inclusive logic of universal design to advance towards a non-asymmetric, dialogical and inclusive communicative rationality, based on intersubjective understanding.

### *Palavras-chave*

Acessibilidade, comunicação, cegueira, lives, audiodescrição.

### *Keywords*

Accessibility, communication, blindness, lives, audio description.

### *Sumário*

1. Introdução
2. Exame da literatura científica
3. Procedimentos metodológicos
4. Resultados e Discussões
5. Considerações Finais

### *Summary*

1. Introduction
2. Examination of scientific literature
3. Methodological procedures
4. Results and Discussions
5. Final Consideration



## 1. INTRODUÇÃO

O primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus foi registrado, no Brasil, em fevereiro de 2020. Logo em seguida, em março do mesmo ano, o Brasil reconheceu o estado de pandemia ocasionado pela disseminação mundial desse vírus, causador da COVID-19<sup>1</sup>. Para diminuir o avanço da doença, foram decretadas várias medidas de isolamento e ou distanciamento social, com fechamento de escolas, universidades e demais espaços com grande circulação de pessoas, mantendo-se abertos, com restrições e protocolos de segurança, estabelecimentos prestadores de serviços essenciais à população. Muito embora algumas flexibilizações já estejam em curso, até o momento da escrita deste texto, entre outubro e novembro de 2020, muitas instituições públicas seguem fechadas e aglomerações de pessoas continuam proibidas. Nesse cenário, com a população cada vez mais em casa, em regime de toque de recolher, trabalho remoto, aulas *online*, controle de fluxos nos diversos locais, entre outras estratégias adotadas para minimizar os impactos da pandemia, ficou mais popular no país o uso de um dos recursos comunicativos possibilitados pela internet, qual seja, a *live*.

Na linguagem da internet, a *live* pode ser definida como uma transmissão ao vivo, em áudio e vídeo, a partir de redes sociais ou plataformas de *streaming*, com possibilidade de interação e ou de coparticipação entre os espectadores durante a própria transmissão, realizada de modo ágil, sem necessidade de grandes investimentos ou de equipamentos muito especializados e, geralmente, em estilo mais descontraído e coloquial. Pode-se dizer, na verdade, que o formato representa uma releitura da chamada transmissão ao vivo (*live broadcasting*) difundida, inicialmente, pela televisão. Enquanto esta, nas origens, pautava-se na radiodifusão analógica, gerando conteúdos visuais e sonoros em tempo real, mas com custos elevados e dependentes de estrutura complexa, a internet utiliza-se da conexão digital, tornando o processo bem mais simples, flexível e ao alcance de seus usuários não só na recepção

como na produção e difusão de conteúdos, o que ressignificou o próprio conceito de *live*. Dadas essas facilidades e o uso constante da internet pelos brasileiros, com o início da pandemia e sua continuidade nos meses seguintes, visto que:

... boa parte das pessoas teve de permanecer em casa, artistas, empresas, empreendedores, professores, padres e prestadores de serviço descobriram nas transmissões em vídeo uma nova maneira de interagir com o público. A atual onda de *lives* — termo em inglês pelo qual as transmissões ficaram conhecidas — impulsionou o consumo de um formato de vídeo que até a pandemia era utilizado apenas em situações especiais. Em 2012, vale lembrar, o salto do paraquedista austríaco Felix Baumgartner a uma altitude de 39 quilômetros — no limite da estratosfera — teve uma audiência de 8 milhões de visualizações simultâneas na internet. Mas, de lá para cá, raros eventos ao vivo mobilizaram grandes quantidades de pessoas na web. Com a pandemia, o cenário mudou, e as *lives* ganharam uma dimensão nunca vista.

A explosão das transmissões ao vivo não tem precedente. Segundo dados do YouTube obtidos pela EXAME [grifo no original], as buscas por conteúdo ao vivo cresceram 4.900% no Brasil na quarentena. O fenômeno é mundial (Agrela, Cury, & Vitorio, 2020, *online*).

Uma pesquisa no *Google Trends*<sup>2</sup> pelo termo “*lives*”, abrangendo o período de 01 de janeiro a 10 de outubro de 2020, evidencia justamente o rápido e exponencial crescimento do interesse dos internautas pelas *lives* a partir do momento em que se decreta o estado pandêmico no Brasil, em março de 2020, atingindo, em abril, o ponto máximo da escala, no auge da pandemia (*Gráfico 1*). O decréscimo pelo interesse acompanha o estabelecimento de algumas medidas que flexibilizaram o distanciamento social no país e a perda do caráter de novidade desse formato para alguns de seus espectadores. Ainda assim, tal gênero *online* continua bastante utilizado e tem se tornado muito popular, já incorporado ao vocabulário e às atividades cotidianas das pessoas, devendo permanecer como fonte de lazer, estudos e informação para as pessoas em todo o país.

Gráfico 1: Resultado da pesquisa no Google Trends



Fonte: Google Trends (2020).

Descrição da imagem: Gráfico de linha simples evidencia o interesse dos internautas pelas *lives* a partir da ferramenta *Google Trends*. O período visado pelo gráfico é de 01/01/2020 a 10/10/2020, demonstrando que as buscas por *lives* eram representadas pelo valor zero, na escala do *Google Trends*, em 5 de janeiro de 2020. A partir de 29 de março, começaram a crescer e atingiram o pico de popularidade, no valor 100 da escala, em abril de 2020, iniciando-se, em seguida, um movimento de queda quanto ao interesse pelas *lives* nos meses seguintes, até que, após 13 de setembro de 2020, o volume de buscas pelas *lives*, na internet, voltou a se aproximar de zero, à semelhança de janeiro de 2020.

Ora, nessas circunstâncias, a imagem e todos os seus apelos visuais tornam-se uma das modalidades de linguagem mais requisitadas e (oni)presentes na comunicação humana (Aumont, 2002), de modo que se nota a reiteração de uma cultura visuocêntrica (Silva, 2018) ou, como até já se disse, de uma civilização da imagem (Fulchignoni, 1975; Pombo; Guerreiro, 2013). E, sobretudo, na contemporaneidade, da profusão de imagens em movimento, associadas aos recursos sonoros. Aliás, como reporta Masini (1996),

...historicamente na civilização ocidental o 'conhecer' faz-se com o 'ver' e o 'ver' é condição para o 'conhecer'. Esta constatação põs em evidência a situação da pessoa deficiente visual de pertencer a uma cultura na qual o 'conhecer' confunde-se com uma forma de percepção que ele não dispõe; condição intensificada na sociedade de massa do século XX [e do XXI], onde tudo se mostra ao olhar e é produzido para ser visto. (p. 39).

Tanto que se ouvem ditados populares como: "é preciso ver para crer", "uma imagem vale mais que mil palavras", "o que os olhos não veem o coração não sente", entre outras expressões que priorizam o sentido unidimensional da visão física. Ainda como explica Álvares (2010, p. 244),

A imagem parece ser o que rege as nossas vidas hoje. Seja na informação, no entretenimento, na comunicação, nada mais parece nos satisfazer se

não estivermos enxergando, se o conteúdo não estiver devidamente ilustrado. A televisão, a internet, os jornais impressos, as revistas e até mesmo na comunicação corriqueira e rotineira do nosso dia a dia, a imagem está cada vez mais presente. Ouvir uma voz conhecida ao telefone já não nos basta, nosso anseio é enxergar a pessoa com a qual estamos conversando. Na internet, os chats (salas de bate-papo) aos poucos perdem seus usuários para os programas de conversação que permitem exibição de imagens...

A proliferação das *lives*, no cerne dessa cultura visuocêntrica, parece desconsiderar, todavia, que as pessoas cegas não podem enxergar no sentido corriqueiro do termo, necessitando mediações e recursos específicos de acessibilidade para fruir os conteúdos veiculados pelas transmissões, de que são também espectadoras. Se já há certa preocupação com o uso de tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para remover barreiras linguísticas e permitir o acesso das pessoas surdas, usuárias dessa língua, às informações difundidas oralmente, ou a inserção de legendas para ensurdecidos, nem sempre o mesmo se dá quanto à consideração das necessidades específicas das pessoas cegas, permanecendo, para estas, muitas barreiras comunicacionais. Conforme definido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), as barreiras nas comunicações e na informação são definidas como "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou compor-

tamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (Lei n. 2015, art. 3º, inciso IV, alínea d, *online*).

Há que se ressaltar, ainda, que a cegueira, compreendida como “uma deficiência visual caracterizada pela impossibilidade de apreensão de informações do mundo pela visão” (Nunes; Lomônaco, 2008, p. 120), dentre as deficiências, é uma das mais comuns na população brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme censo de 2010, o último realizado no país, 506.377 pessoas são totalmente cegas no Brasil, ao passo que 6.056.533 têm grande dificuldade para enxergar (IBGE, 2010, *online*). Tais informações evidenciam a relevância de se discutir a temática da acessibilidade midiática, a fim de que os cegos não sejam “Reféns de um mundo visuocêntrico que tradicionalmente associa ‘ver’ a ‘conhecer’ (Jesus, 2009, p. 413). Afinal, “[...] a pessoa desprovida desse sentido estaria alheia a uma enormidade de experiências, sobretudo no universo gráfico/imagético [...]” (Jesus, 2009, p. 413). Como se posiciona Vergara-Nunes (2016, pp. 25-26),

na atualidade, o oferecimento massivo de imagens estáticas e dinâmicas, como o cinema, a internet, as publicações impressas, inundadas de imagens, de ícones e de símbolos, tem potencializada a apreensão das informações por pessoas sem deficiência visual, deixando as pessoas cegas em nítida desvantagem durante os processos de aprendizagem.

No bojo dessas circunstâncias, observando a ampliação e pluralidade das *lives* no cenário das restrições ao contato físico entre pessoas, impostas pela pandemia, este autor se inquietou sobre o assunto. Foi proposta, então, uma emenda a projeto de pesquisa institucional já em desenvolvimento, no intuito de se perscrutar experiências e percepções de pessoas cegas sobre o

fenômeno *online* das *lives*. O objetivo delineado foi, então, compreender se estas eram acessíveis às necessidades e expectativas desse público. Os achados da pesquisa são socializados neste texto, na esperança de provocar novas e necessárias reflexões a esse respeito. Antes, porém, de apresentar o percurso metodológico e a discussão dos resultados, é imperativo descrever brevemente o que pôde ser ou não encontrado sobre o assunto na literatura científica, conforme abordado no item subsequente.

## 2. EXAME DA LITERATURA CIENTÍFICA

Para verificar a produção acadêmica que pudesse ter relação direta com a pesquisa divulgada neste artigo, foi empreendida, inicialmente, uma consulta parametrizada a partir da base de dados internacional e multidisciplinar *Web of Science* (WOS), tanto em sua coleção principal (*Core Collection*), como na coleção regional da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), identificada, na WOS, como *SciELO Citation Index*. A consulta pela WOS se deu mediante o conteúdo assinado do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como disponível às instituições federais de ensino, pelo acesso remoto via Comunidade Acadêmica Federada (Cafe), em *login* de usuário da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), entre os dias 21 e 22 de outubro 2020.

Nos domínios da *Core Collection* e *SciELO Citation Index* foram usados os operadores booleanos OR e AND, bem como outros recursos gráficos de refinamento de resultados, na forma de pesquisa básica, com tempo estipulado para os últimos cinco anos, na opção de busca por tópico, nas seguintes combinações de termos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Resultados de consulta parametrizada na WOS

Pesquisa básica na Web of Science			
Termos e combinações pesquisados	Quantidade de resultados gerados na <i>Core Collection</i> (WOS)	Quantidade de resultados gerados na <i>SciELO Citation Index</i> (WOS)	Total
("Cegueira" OR "deficiência visual") AND "live*"	0	5	5
("Cegueira" OR "deficiência visual") AND "transmiss* ao vivo"	0	0	0
("Cegueira" OR "deficiência visual") AND "internet"	0	1	1
("Cegueira" OR "deficiência visual") AND "online"	0	5	5

Fonte: Dados organizados pelo autor, a partir de resultados da WOS em outubro de 2020.

Como se depreende do exposto, a quantidade de resultados obtidos foi ínfima, muito embora seja necessário ponderar que, com a busca pelas palavras em português, somente textos com conteúdos nessa língua, ou pelo menos nos seus metadados, pudessem ser recuperados. Esse era, porém, o intuito, já que o desejo era encontrar estudos sobre o tema já publicados em periódicos do Brasil ou, pelo menos, veiculados

em língua portuguesa. Ainda no tocante a esses resultados, um deles foi duplicado, de modo que, por esses critérios, a busca gerou apenas 10 resultados diferentes, os quais foram checados em seus títulos, resumos e palavras-chave. Para melhor inteligibilidade, apresenta-se o Quadro 2 com os títulos, autoria e objetivos dos artigos encontrados:

**Quadro 2: Descrição sumária de artigos encontrados pela consulta parametrizada na WOS**

Artigo	Autoria	Objetivo do artigo	Ano	Aborda especificamente a temática problematizada
Polioencefalomalacia em bezerros associada à ingestão de alimento com excesso de enxofre	Withoef, J.A. et al.	descrever surto de Polioencefalomalacia em bezerros	2019	Não
Avaliação da funcionalidade em crianças de 4-6 anos apresentando toxoplasmose congênita (TC) e retinocoroidite	Brandão, A. de O. et al.	validar funcionalidade visual e tarefas do autocuidado de crianças com TC classificadas em grupos de acordo com a acuidade visual.	2019	Não
Cegueira, Acessibilidade e Inclusão Apontamentos de uma Trajetória	Souza, J. B. de	explorar o tema da acessibilidade e da inclusão na era tecnológica no tocante a pessoas cegas	2018	Não
Prevalência de Tracoma em crianças em idade escolar no município de Turmalina, MG	Silva, E.J. da et al.	levantar a prevalência de tracoma entre determinadas crianças	2016	Não
Influência ambiental para a (in)dependência da criança cega: perspectiva da família	Pintanel, A.C. et al.	compreender a influência dos ambientes onde a criança cega vive no exercício da sua (in)dependência na perspectiva da família.	2016	Não
Entre a arte de comunicar e ofício de ser acessível: estudo sobre os recursos de acessibilidade para visitantes com deficiência visual no site de um museu de Belo Horizonte	Silva, M.C. e Lopes, J. de S.M.	analisar a acessibilidade, para pessoas com deficiência visual, em páginas virtuais de site de um museu.	2020	Não
Fake News Científicas: Percepção, Persuasão e Letramento	Gomes, S.F., Penna, J.C.B. de O. e Arroio, A.	explorar a compreensão de quais elementos influenciam na credibilidade das fake news científicas	2020	Não
Construção de tecnologia assistiva na modalidade curso <i>online</i> para cegos sobre hipertensão arterial	Carvalho, Luciana Vieira de et al.	desenvolver curso de educação acessível para cegos sobre prevenção da hipertensão arterial	2018	Não
Amamentação: validação de tecnologia assistiva em áudio para pessoa com deficiência visual	Oliveira, P.M.P. de et al.	Validar tecnologia assistiva sobre amamentação para pessoas com deficiência visual/cegas na modalidade literatura de cordel em áudio, pelo acesso <i>online</i>	2017	Não
Substituição Sensorial Visuo-Tátil e Visuo-Auditiva em Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática	Torres, J.P., Costa, C.S.L. da e Lourenço, G.F.	analisar os métodos e dispositivos de substituição sensorial destinados a pessoas com deficiência visual que são apresentados em pesquisas empíricas no formato de artigos científicos	2016	Não

Fonte: Dados organizados pelo autor, a partir de resultados da WOS.

Desses, nenhum deles abordava especificamente o fenômeno das *lives* em articulação com a cegueira, sendo que um artigo se relacionava à

saúde animal, um versava sobre *fake news* científicas, enquanto outros traziam análises sobre aspectos biológicos, etiológicos e

funcionais implicados na perda da visão humana, ou promoviam reflexões gerais com propósitos diferentes dos que ora se propõe a discutir, versando sobre “... tecnologias que possibilitam inclusão social e digital das pessoas cegas” (Carvalho, Carvalho, Afio, Silva, Silva, & Pagliuca, 2018, p. 2091). Tais achados demonstram que os estudos sobre acesso das pessoas cegas à internet e suas formas de transmissão *online* de dados, como na modalidade ao vivo (*live streaming*), bem como uso de redes sociais, ainda é algo a ser explorado no campo científico brasileiro e ou lusófono. No máximo, um dos textos localizados, no tocante à relação entre pessoas cegas, visão mediada por dispositivos tecnológicos e navegação no ciberespaço, afirmava não ter “... como aprofundar a exploração dessa ideia, senão remetê-la a pesquisas e análises futuras” (Souza, 2018, p. 569), tão somente registrando que:

Estratégias de acessibilidade implementadas nos computadores, e, mais recentemente, nas tecnologias móveis, propiciam que pessoas cegas possam transitar nos ambientes virtuais com a mesma desenvoltura daqueles que enxergam.

Há que se reconhecer, entretanto, que muitos dos agentes da era informática desconhecem ou desconsideram a presença das coletividades cegas e com deficiência visual no ciberespaço.

Tal como nas vias públicas e praças das cidades, nos museus e teatros, nos espaços públicos e privados para bens e serviços, na infovia cibernética, todos os dias, são forjadas barreiras virtuais de acessibilidade. Os cidadãos cegos de hoje, tal como ocorria nas épocas anteriores, inventam suas táticas de permanência no ciberespaço, mas, quando progredem conquistando acesso, barreiras novas são forjadas. (Souza, 2018, p. 569).

Assim, fica demarcada a relevância e a originalidade da temática e problemática aqui abordadas, porquanto, mesmo que os textos encontrados possam tangenciar questões referentes à acessibilidade digital em *websites*, às tecnologias assistivas ou inclusivas e aos novos recursos comunicativos *online*, nenhum se deteve a investigar sobre as peculiaridades da audiência das pessoas cegas às atuais *lives* disseminadas pela internet, em um cenário pandêmico. Posto ser um fenômeno recente, recrudescido pelo distanciamento social imposto pela pandemia, é preciso investigar se há barreiras de acessibilidade que restrinjam o acesso dessas pessoas a tal formato comunicativo, visto que, em muitas situações, sua presença no ciberespaço tem sido ignorada ou negada. Dito isso, explicita-se, então, todo o

procedimento metodológico pelo qual se conduziu o estudo.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa, além das investigações bibliográficas, foi elaborado um questionário misto, com perguntas fechadas, em formato de múltipla escolha, e abertas, nas quais o respondente podia registrar, por escrito, sua própria resposta, totalizando um conjunto de 19 questões. Essas perguntas indagavam sobre dados pessoais básicos, para fins de caracterização dos sujeitos e conhecimento de seu perfil, bem como questionavam sobre as *lives*, no intuito de verificar se os respondentes dominavam tal conceito; se as acompanhavam, informando seus temas de interesse e a frequência média desse acompanhamento por semana; se, em sua concepção, essas transmissões *online* e ao vivo apresentavam ou não acessibilidade, inclusive se fossem estudantes cegos e se essas transmissões fossem um dos recursos didáticos usados por sua instituição de ensino durante a pandemia; e, ainda, caso as respostas mencionassem dificuldade de acesso ao conteúdo veiculado, solicitava-se que elencassem sugestões para, em sua perspectiva, tornar as *lives* mais acessíveis para pessoas cegas. Por hipótese, esperava que a problemática da audiodescrição emergisse de forma recorrente nas respostas e fosse apresentada como uma das principais demandas dos sujeitos, com base em suas experiências. Também, hipoteticamente, esperava-se encontrar indícios de correlação entre o período de manifestação da cegueira no sujeito e sua maior ou menor compreensão das *lives* quanto a seus apelos visuais, considerando a existência ou não de memória visual no respondente.

O questionário foi gerado *online*, pelo Google formulários, e, na forma de link, compartilhado por *e-mail* a instituições, profissionais e ou pesquisadores vinculados a pessoas cegas, divulgado em grupos acadêmicos do *WhatsApp*, ou, ainda, enviado diretamente ao e-mail de alguns sujeitos cegos, integrantes das redes de contatos do autor deste texto. Esse questionário permaneceu à disposição dos respondentes de 07 a 30 de setembro de 2020, obtendo-se 12 respostas. Desde o início, não se teve como objetivo estipular uma quantidade determinada de participantes, tampouco se buscou um perfil específico, incentivando os possíveis respondentes e pesquisadores contatados, ou as instituições em que atuavam, a compartilhar o questionário nas suas

redes sociais e aos seus demais contatos. Os critérios imprescindíveis para participar da pesquisa eram tão somente a pessoa ser cega/com deficiência visual e consentir voluntariamente em participar. Nesses termos, esteve ausente dos procedimentos de coleta de dados qualquer abordagem quantitativa, pois o foco não era gerar uma amostra com representatividade estatística da população cega brasileira. Antes, por meio de abordagem qualitativa e exploratória, mediante amostras convenientes não probabilísticas (Oliveira, 2001), sem pretensões de gerar resultados definitivos, buscou-se captar percepções e considerações de sujeitos cegos em relação às *lives*, conforme estes se dispusessem a responder o questionário e ou a ele tivessem acesso a partir dos compartilhamentos online, do repasse de suas instituições representativas ou pelos envios do próprio pesquisador.

Todo o percurso foi indutivo, tendo como premissa o fato de que “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 31), isto é, atua com “... o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2001, pp. 21-22). Por isso, as doze respostas, mesmo que reduzidas numericamente, trazem aspectos qualitativamente importantes para se (re)pensar a temática em foco, suscitando interpretações para ampliar seu entendimento.

Visto que o estudo, mesmo em caráter exploratório e de forma *online*, envolvia seres humanos, podendo, de alguma forma impactar em suas vidas ou instituições, foram tomados os cuidados éticos devidos, com apreciação do questionário e seus procedimentos de coleta pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), propondo-se ao projeto já aprovado pelo parecer n. 4.128.730, 01 de julho de 2020<sup>3</sup>, uma emenda para contemplar as especificidades do estudo, que também foi aprovada pelo parecer n. 4.326.627, de 07 de outubro de 2020, quando se pôde, então, analisar os dados. Como garantido aos participantes, suas identidades, *e-mails* ou pertencimentos institucionais não são aqui revelados, criando-se codinomes para identificá-los no decorrer do texto. Antes de o participante preencher o formulário, havia, também, uma pergunta obrigatória, com as opções Sim e Não, pela qual o sujeito deveria explicitar se lera a apresentação do questionário, na qual se esclare-

ciam os cuidados éticos, e se consentia, portanto, na sua participação voluntária e anônima no estudo para fins acadêmicos.

Os dados obtidos são apresentados e tratados em seguida, mediante análise temática do conteúdo, pois, conforme Braun e Clarke (2006), esta, “Através de sua liberdade teórica ... fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo, de dados” (Braun e Clarke, 2006, p. 3), permitindo “identificar, analisar e relatar padrões (temas)” (Braun e Clarke, 2006, p. 5), decorrentes dos dados qualitativos mobilizados e interpretados pelo pesquisador. O grande tema perseguido aqui, é, justamente, a acessibilidade e fruição de pessoas cegas às atuais *lives*, emergindo como subtema a audiodescrição no contexto da internet, visto que esse público também possui os mesmos direitos que os demais indivíduos no acesso e fruição de informações e conteúdos virtuais, inclusive se transmitidos ao vivo.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A princípio, para bem demarcar e compreender os resultados, é fundamental tecer uma breve caracterização dos respondentes, já que suas ponderações são perpassadas por suas vivências pessoais, identitárias e profissionais, sendo que outros sujeitos, em outras condições de vida, teriam outras considerações. Tais limites precisam ser reconhecidos, a fim de se evitarem generalizações apressadas e de se contextualizarem os dados. Destarte, até pelo modo como a coleta de informações foi divulgada, sobretudo a partir de redes de contatos acadêmicos, acionados por redes sociais, e ou via *e-mails* encaminhados a instituições representativas de pessoas com deficiência visual, e na forma de um questionário que demandava certo dispêndio de tempo e condições mínimas de acesso à internet, todas as pessoas respondentes afirmaram possuir o ensino superior completo e uma inserção profissional já estabelecida.

Ainda diante dessas circunstâncias, a faixa etária dos participantes oscilou de 24 a 72 anos de idade, evidenciando que, de algum modo, diferentes gerações passaram a interagir com as *lives* durante a pandemia, até pelas exigências de estudos remotos e de novas opções de entretenimento e de informação surgidas nesse cenário. Trata-se, pois, não de um fenômeno restrito a determinadas faixas etárias, mas disseminado entre toda a população, atestando a relevância

de se estudar a temática. Além disso, os dados obtidos revelam que os participantes ficaram cegos em momentos diferentes de suas vidas, pois isso ocorreu desde o nascimento (cegueira congênita) até a idade adulta, informação que, por hipótese, seria importante para se pensar se há necessidades ou barreiras específicas para o sujeito, conforme o período de manifestação da cegueira. Pôde-se constatar, também, que, embora nem todos tenham respondido sobre o que mais assistem, temas relacionados à educação, tecnologia assistiva e inclusão de pessoas com deficiência foram os que mais atraíram o interesse dos respondentes (Quadro 3), haja vista suas formações acadêmicas, idades, atividades profissionais, como relacionadas no *Quadro 3*, e

ou seus vínculos institucionais, como membros de instituições voltadas a pessoas com deficiência ou mesmo como estudantes de graduação e pós-graduação.

A audiência de lives para entretenimento não foi, portanto, a mais recorrente (Quadro 3), o que também pode ser um reflexo do fato de serem os respondentes, em sua maioria, acima de 30 anos, público que, em geral, tende a recorrer a lives para objetivos formativos e profissionais. Mais uma vez, é mister salientar que outro público, com outro perfil de escolaridade, de faixa etária e com profissões diferentes, teriam, certamente, outras predileções. Tais informações são sistematizadas no Quadro 3:

**Quadro 3: Dados sobre o perfil dos respondentes da pesquisa**

Pessoa (P)	Profissão	Idade em setembro de 2020 em anos	Período de manifestação da cegueira	Formação acadêmica setembro de 2020	Conteúdo mais assistidos nas lives
P1	Professor	51	Congênita	Mestrado, com doutorado em andamento	"Aqueles que tratam de educação e políticas públicas em geral."
P2	Professor	50	Adolescência	Curso superior com especialização	"Educação, direitos das pessoas com deficiência, audiodescrição, políticas públicas."
P3	Servidor público federal	30	Adolescência	Mestrado e com outra graduação em andamento	"Educação, literatura, relações internacionais, racismo, deficiências, cultura, entre outros."
P4	Assistente social	66	Adolescência	Curso superior com especialização	Não respondeu.
P5	Servidor público	24	Congênita	Curso superior com especialização em andamento	"Mercado acadêmico, empregabilidade, empreendedorismo e conteúdo de entretenimento em geral."
P6	Professor	43	Idade adulta	Curso superior com especialização	Temática relacionada a tecnologia assistiva, bem como conteúdo de formação na minha área de atuação.
P7	Servidor público	31	Infância (entre 7 e 12 anos)	Curso superior	"Formações na área de educação."
P8	Professor	39	congênita	Mestrado	"Educação especial."
P9	Professor do Ensino Superior e Psicóloga	72	Infância (entre 0 e 6 anos)* *Neste caso, em particular, baixa visão adquirida aos 4-5 anos em decorrência de sarampo.	Mestrado, com doutorado em andamento	"Inclusão."
P10	Aposentada	54	Idade adulta	Curso superior	"Tecnologias assistivas e acessibilidade."
P11	Instrutor de Informática	28	congênita	Curso superior	Não respondeu.
P12	aposentada	55	congênita	Curso superior	"Assunto sobre pessoas com deficiência; autoajuda; vendas."

Fonte: Dados organizados pelo autor.

Em relação à frequência, do universo de 12 respostas ao questionário da pesquisa, 33,3% dos respondentes declararam ter acompanhado até 3 lives por semana no período de distanciamento social vivenciado no país; 8,3% indicaram ter assistido de três a 5 lives por semana e 58,3% afirmaram ter acompanhado uma *live* por semana. Esses resultados explicitam, mais uma vez, a popularização das *lives*, sendo “... uma forma muito importante para levar o conhecimento neste momento em que estamos vivendo” (P7), sobretudo pelo aspecto da segurança sanitária. Desse modo, informações e conteúdos podem ser obtidos por qualquer pessoa com acesso à internet, “[...] considerando que não é necessário se deslocar de sua casa para outro ambiente, eliminando assim o uso do transporte público” (P6).

Em que pese a audiência de pessoas cegas às *lives*, a acessibilidade midiática, entendida como um direito humano fundamental (Spolidorio, 2017), não é sempre considerada nesse processo, pois se acaba reduzindo o sentido do ato de ver, limitado à reiteração de clichês (Deleuze, 1985) ou de simulacros (Baudrillard, 1991), negando-se “...os múltiplos modos de ver de pessoas que resistem a este mundo saturado de profusões visuais e fazem (re)existir mundo outros possíveis” (Macambira, 2018, p. 129). Tanto que, como relata P7: “O que não pode é esquecer que os deficientes também gostam de ter as informações atualizadas ou ter seu momento de lazer na parte cultural. A inclusão está em tudo”. Logo, quando são cerceados esses direitos mais básicos, muitas *lives*, de ferramenta difusora de informações, lazer e de interligação social, ao propagarem “... conteúdos em imagens sem descrição ou alguma narração parcial fazem aumentar a sensação de isolamento e exclusão da pessoa com deficiência visual” (P5).

Até mesmo em instituições educacionais, em parte pelo improvisado do momento, pela inexperiência dos organizadores, bem como pela escassez de recursos humanos e materiais e de formação referente ao emprego de técnicas específicas para uma comunicação inclusiva, nem sempre as *lives* tem sido concebida de maneira acessível. No caso dos dados coletados nesta pesquisa, conquanto a maior parte dos respondentes (n=8) tenha declarado não ser mais estudante, daqueles 4 que o são, pelo menos um relatou não terem sido consideradas suas necessidades específicas em *lives* promovidas, como forma de veiculação de conteúdos escolares, informações e palestras nesse momento de pandemia, pela instituição de ensino a que se vincula. Isso porque, em sua concepção, há “fal-

ta de uniformização das plataformas, cada uma é de um jeito, além da ausência das descrições de conteúdo imagético como quadros, gráficos, ilustrações e slides” (P5).

Além do âmbito escolar, nos diversos outros contextos de produção *online*, nota-se um esquecimento da população cega por parte dos videntes que, habituados à recepção visual imediata das informações, incorrem no visuocentrismo, o que gera barreiras comunicacionais e atitudinais. Assim, não obstante a preponderância das *lives* no momento atual, um número significativo de respondentes, quase 60% do total, apesar de acompanhá-las frequentemente, queixou-se da falta de acessibilidade aos conteúdos apresentados nesse formato. Do quantitativo de 12 respostas ao questionário da pesquisa, para 16,7 % dos respondentes a maioria das *lives* assistidas foi acessível; para 25%, elas foram acessíveis e para 58,3% dos respondentes a maioria das *lives* não foi acessível.

Quando se cruzam os dados, percebe-se que o motivo principal para as queixas se refere à ausência ou à insuficiência da audiodescrição, técnica fundamental para o acesso das pessoas cegas à informação apresentada de modo visual em diferentes situações e contextos. Por definição,

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo [grifo nosso], como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (Motta & Romeu Filho, 2010, p.11).

Assim, desse mesmo universo de 12 respostas, para 16,7 % dos respondentes houve audiodescrição nas *lives* assistidas; para 33,3% deles a audiodescrição foi feita de modo parcial, comprometendo a acessibilidade da pessoa cega; e para 50% dos respondentes não houve audiodescrição nas *lives* que acompanharam. Apesar de sua relevância, o emprego dessa técnica ainda é recente e escasso. A literatura científica menciona que, “... enquanto atividade técnica e profissional, a AD [audiodescrição] nasceu em meados da década de 70 nos Estados Unidos, a

partir das ideias desenvolvidas por Gregory Frazier em sua dissertação de mestrado” (Franco & Silva, 2010, p. 24). Mesmo assim, demorou para que essa atividade fosse objeto de estudos acadêmicos mesmo na Europa e nos Estados Unidos. Inicialmente, “...a AD logo adquiriu um caráter mais prático-técnico e utilitário. Não causa surpresa, portanto, o fato de que pesquisas sobre o tema só tenham começado a ser relatadas na década de 90, quase vinte anos após o seu surgimento”. (Franco & Silva, 2010, p. 27). E, no Brasil, os investimentos acadêmicos, legais e técnicos nesse recurso só ganharam visibilidade a partir dos anos 2000 (Aderaldo & Nunes, 2016; Franco & Silva, 2010; Vergara-Nunes, Dandolini, Souza, & Vanzin 2010). Compreendida como modalidade tradutória intersemiótica, isto é, com “texto de partida e chegada em meios semióticos diferentes, do visual para o verbal e vice-versa” (Araújo, 2010, p. 94),

...a audiodescrição, diferentemente das demais tecnologias assistivas, não é um produto único, independente, a ser adquirido em alguma loja. Trata-se de um serviço que só é completo com o produto audiovisual audiodescrito, ou seja, está atrelado ao produto audiodescrito. Não existe audiodescrição sem uma imagem. Sozinha, trata-se, apenas, de uma descrição narrada. (Vergara-Nunes, 2016, pp. 94-95).

Ainda que, no âmbito legal e técnico, a regulação brasileira sobre a audiodescrição verse, basicamente, sobre a programação televisiva, os cinemas e teatros, dentre outros espetáculos presenciais (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2016; Lei nº 10.098, 2000; Decreto nº 5.296, 2004; Portaria nº 188, 2010; Instrução Normativa n.º 116, 2014; Lei nº 13.146, 2015; Instrução Normativa n.º 145, 2018; Spolidorio, 2017), o universo da internet também não pode mais ser olvidado ou secundarizado, como revela a situação aqui descrita. É preciso ponderar que, em qualquer circunstância, “...restringir o acesso às imagens a pessoas cegas edifica ainda mais as barreiras atitudinais e comunicacionais em uma sociedade já tão barbarizada historicamente na opressão a determinados grupos” (Koehler, 2017, p. 62). E, conforme os dados informados pelos participantes desta pesquisa, tais barreiras têm persistido no universo *online*, achado que comprovou uma das hipóteses iniciais do estudo. Isso porque o recurso da audiodescrição foi determinante para as *lives* serem consideradas acessíveis ou não pelos respondentes. Basta notar que, somando-se as respostas dos que disseram não ter havido áudio-descrição com as respostas daqueles que indicaram sua ocorrência de modo parcial, chega-se a mais de 80% do todo considerado, compromete-

tendo, portanto, a inteligibilidade da mensagem, além de deixar em desvantagem o público das pessoas cegas.

Não obstante, é preciso ressaltar, ainda, as especificidades de algumas respostas obtidas no questionário, pois ajudam a pensar outras leituras possíveis desses resultados. Assim, ao mesmo tempo em que há *lives* com a fruição comunicativa cerceada, outras já se preocupam com em oferecer audiodescrição, assumindo uma perspectiva inclusiva. Nesse sentido, 25% dos respondentes alegaram que as *lives* assistidas possibilitaram acessibilidade ao conteúdo apresentado, próximo do número de 16,7%, referente àqueles que afirmaram ter existido uma audiodescrição eficaz ou adequada às especificidades das pessoas cegas. Oscilações entre ambos os percentuais estão relacionadas àqueles casos em que a audiodescrição pode ter sido considerada dispensável pelo próprio sujeito cego pelo teor dos assuntos abordados ou mesmo ao contexto institucional do indivíduo. P3, por exemplo, respondeu que as *lives* lhe foram acessíveis, mesmo sem audiodescrição, uma vez que, em suas palavras, “No geral, as *lives* são bastante acessíveis para mim. Poucas são as que participo que fazem uso de recursos visuais como imagens ou apresentações. Quando acontecem, faço manifestação via chat para que haja áudio-descrição”. E, ainda conforme suas palavras,

...eu não sinto grandes dificuldades com as *lives* e o seu acesso. Quando tais atividades são artísticas, penso que seus propositores aglutinam outras linguagens mais visuais. Gosto de saber quando estas linguagens contam uma história, ou seja, dialogam. Se for a utilização pela utilização ou em benefício de uma estética vazia, eu ignoro a existência.

Quando houver uso indispensável de imagem, solicito que a mesma seja acompanhada de alguma descrição. Não precisa ser nada sofisticado. Apenas para que o conteúdo principal a ser relevado seja destacado e eu possa extrair a ideia central da mesma. (P3).

É possível entender que P3 pensa as imagens por uma perspectiva pragmática e acessória, em que pode delas prescindir, chamando para si a responsabilidade de solicitar a audiodescrição aos apresentadores das *lives*, quando a compreensão imagética se lhe figura necessária. Portanto, para esse participante, mesmo sem áudio-descrição, uma *live* pode ser classificada como acessível, a depender do seu escopo. Esse posicionamento parece decorrente das temáticas priorizadas por P3 ao assistir às *lives*, aspecto que o deixava mais confortável quanto aos conceitos nelas trabalhados ou aos formatos adotados

pelos seus proponentes, mesmo que não se audiodescrevesse a transmissão *online*. Ademais, é preciso notar que P3 declara ter ficado cego já na adolescência e é alguém pós-graduado, com repertório cultural e comunicativo mais vasto. Logo, para a compreensão do exposto, conquanto os dados encontrados neste estudo, por suas limitações qualitativas e quantitativas, não permitam uma generalização e nenhuma correlação definitiva entre o período de manifestação da cegueira e a compreensão dos conteúdos veiculados *online*, de modo a não se ter comprovado ou refutado a segunda hipótese apresentada no início do artigo, cabe atenção às características do perfil de P3. Afinal, a existência de alguma memória visual (Vergara-Nunes, 2016) pode, também, ter favorecido esse sujeito em particular, tornando a audiodescrição menos reivindicada, para ele, na relação comunicativa. Segundo ressalta Vergara-Nunes (2016, p. 173),

Alunos cegos [ou quaisquer pessoas cegas] têm diferenças entre si; aqueles que têm cegueira adquirida em idades posteriores aos cinco anos de idade seguramente formarão seus conceitos de maneira muito diferente de alunos que tenham cegueira desde o nascimento ou adquirida antes dos cinco anos. Enquanto os primeiros poderão valer-se de suas memórias visuais, os do segundo grupo não terão nenhuma memória visual.

Perante o exposto, é mister ressaltar que a dispensa de audiodescrição não é, porém, comum entre as pessoas cegas, pois, reconhecidamente, “... sujeitos cegos congênitos ... usam recursos de visualização do conhecimento através de imagens acessíveis via audiodescrição. Esses, porque não têm memória visual, têm dificuldades maiores para a apreensão de um conteúdo visual, mesmo com textos descritivos (tag ALT)” (Vergara-Nunes, 2016, p. 63). E, também, a acessibilidade comunicativa, mediada pela audiodescrição, deve ser compreendida no âmbito do direito à informação para todos, de tal modo que já na concepção das *lives* e dos diversos conteúdos audiovisuais distribuídos pelas mídias sociais e ou demais meios de comunicação, já se considere as necessidades específicas dos sujeitos, sem que este que tenha que se adaptar ou fazer solicitações *a posteriori*. Antes, o produto é que precisa ser concebido inclusivamente, pensando em todo o público, da produção à distribuição (Romero-Fresco, 2013; Spolidorio, 2017). Dito de outro modo, “No caso do audiovisual, a acessibilidade deve ser incorporada desde o desenho do projeto e estar presente em todas as fases da produção e distribuição. Portanto, não é mais admissível tratar a acessibilidade como acessório, complemento ou

adaptação *a posteriori*” (Naves, Mauch, Alves, & Araújo, 2016, p. 13).

Ainda apresentaram especificidades para discussão as respostas de P9 e P11. Aquela afirmou serem acessíveis as *lives* assistidas, mas queixou-se de que a prática da audiodescrição foi feita de modo parcial, dificultando a compreensão. E, para dirimir o problema, indicou essa prática como proposta para melhorar a acessibilidade das *lives*, avaliando que “falta audiodescrição na maioria” (P9). Nesse caso, especula-se que tenha havido algum equívoco na interpretação do que era perguntado no questionário, talvez relacionando-se o termo acessibilidade mais aos equipamentos e plataformas digitais utilizados do que aos conteúdos propriamente ditos. Já P11 registrou que a maioria das *lives* foram acessíveis para ela, embora sem audiodescrição, o que pode envolver circunstâncias diversas para essa aparente contradição, não captadas pelo instrumento de coleta de dados, até porque P11 deixou de responder algumas questões dissertativas ou nelas apenas registrou um lacônico “Não sei”. É preciso ponderar, ainda, na análise dessas respostas que, sem ter usufruído sistematicamente da audiodescrição nas mídias sociais, posto ser essa uma prática recente e pouco difundida no ciberespaço, o sujeito nem se dá conta de sua necessidade e do direito a esse recurso, resignando-se ao que está posto ou ao que consegue fruir da comunicação. Como menciona Ferreira (2014, p. 2), “...as pessoas cegas ou com baixa visão passam a ver, por meio das palavras do áudio-descritor, coisas que antes lhes eram inacessíveis. Muitas vezes, essas pessoas nem se davam conta do que estavam deixando de saber/conhecer”.

Por outro lado, as *lives* “...que possuem acessibilidade para cegos são aquelas propostas por instituições que atendem ou trabalham, diretamente ou indiretamente, com pessoas com deficiência” (P2). Esse foi o caso de P1, que alegou não ter tido dificuldades de acesso às informações, enquanto estudante de pós-graduação, “[...] porque a audiodescrição já era estimulada nas aulas presenciais. Quando veio a pandemia, ao passar a se utilizar ambiente virtual, a docente responsável pelas aulas manteve a mesma ação no que concerne à efetivação da audiodescrição” (P1). Da mesma forma, P4 lembra que “São acessíveis [as *lives*] porque são direcionadas a DVs [deficientes visuais]”, em referência à instituição onde atua como assistente social. Também P8 assente que as *lives* organizadas especificamente pela instituição de ensino onde atua como professora são acessíveis, pois “Apresentam a descrição de imagens

em slides apresentados ...”. Todavia, como cumprir reconhecer, em contextos mais amplos e não específicos para pessoas cegas, “Ainda é ínfima a preocupação da sociedade em geral acerca da garantia de acessibilidade para todos nas *lives*.” (P2). Desse modo, para P7, “Acredito que em poucas *lives* as pessoas com deficiência visual têm participado. Hoje em dia as pessoas estão mais preocupadas em ganhar lucro de que sensibilizar com acessibilidade”. E, segundo arremata P12, “São excelentes, mas precisam atender as necessidades das pessoas com deficiência visual, com [oferta de] acessibilidade”.

Ora, quais seriam, então, essas necessidades não satisfeitas, cuja observância tornariam as *lives* mais acessíveis e inclusivas em suas intenções comunicativas? Os respondentes apresentaram ponderações essenciais para se pensar não só a relevância da técnica da audiodescrição, mas, sobretudo, de fazê-la com base em parâmetros sistemáticos, não espontaneístas e improvisados. Justamente por ser uma tradução intersemiótica (Araújo, 2010; Franco & Silva, 2010; Vergara-Nunes, 2016), “... trata-se de uma nova obra (verbal, sonora), elaborada a partir de um

texto visual” (Vergara-Nunes, 2016, p. 68). E, “Para a elaboração desse novo texto, é necessário ao audiodescritor interpretar a obra de partida (a imagem), reconhecer o que por meio dela se quer transmitir e reelaborar esse conhecimento em forma de um roteiro” (Vergara-Nunes, 2016, p. 68). Por isso, é imprescindível planejamento e conhecimentos mínimos de como audiodescrever uma cena ou imagem para torná-la significativa à pessoa cega e condizente com o conteúdo abordado, com atenção ao que é essencial na mensagem objetivada. Do contrário, aspectos irrelevantes tornam desgastante e supérflua a própria audiodescrição, retirando o foco do conteúdo para a pessoa cega, que pode até rechaçá-la. No Quadro 4 são reunidas as percepções e indicações dos respondentes sobre o modo como a audiodescrição foi ou não empregada, pois, como já amplamente difundido no lema das pessoas com deficiência, “nada sobre nós sem nós”, estas são as mais interessantes no assunto e, a partir de suas experiências, é que devem ser pensados e (re)ajustados protocolos e propostas de acessibilidade digital e midiática.

#### Quadro 4: Percepções e proposições dos respondentes sobre audiodescrição nas *lives* assistidas

Pessoa	Percepções e proposições sobre audiodescrição nas <i>lives</i>
P1	“... é relevante que ocorra audiodescrição, pois pelo contrário, o estudante com deficiência visual em muitas circunstâncias, nem mesmo poderá identificar qual o interlocutor, já que talvez não tenha familiaridade com sua voz”.
P2	É preciso “Vídeos com audiodescrição, Powerpoint com descrição de imagens”. “Entendo que a preocupação com a audiodescrição deve ser naquilo que realmente importa. Não faz sentido ficar relatando as roupas que os participantes usam e não acessibilizar o conteúdo transmitido, a não ser que seja uma <i>live</i> ligada a um desfile de modas”.
P3	“Quando houver uso indispensável de imagem, solicito que a mesma seja acompanhada de alguma descrição. Não precisa ser nada sofisticado. Apenas para que o conteúdo principal a ser relevado seja destacado e eu possa extrair a ideia central da mesma”.
P4	“Precisa de audiodescrição”.
P5	“Se as <i>lives</i> são artísticas de certa forma é possível acompanhar, ainda que sem a audiodescrição. Porém se tiverem cunho científico ou educativo os conteúdos em imagens sem descrição ou alguma narração parcial fazem aumentar a sensação de isolamento e exclusão da pessoa com deficiência visual”.
P6	Há “Falta de áudio descrição de cenas da <i>live</i> , ou em aplicativos de webconferência, falta de atenção do expositor em fazer leitura dos slides que estão sendo apresentado, bem como a audiodescrição de imagens empregadas na apresentação”.
P7	“Penso que quando se apresenta imagem é necessário a descrição. Também a descrição de quem está palestrando ou esteja fazendo parte da <i>live</i> ”. “... como servidor [público] percebo muita dificuldade das pessoas [em] realizar a acessibilidade naquilo que promovem. Acredito que é necessário se pôr mais no lugar daquele cidadão o qual precisa da acessibilidade para ter o conhecimento como os demais”.
P8	É necessário “Que as imagens utilizadas sejam descritas e audiodescritas”.
P9	Há “falta audiodescrição na maioria [das <i>lives</i> ]”.
P10	É preciso “Acrescentar audiodescrição [nas <i>lives</i> ]”.
P11	“Em algumas <i>lives</i> que acompanhei faltou a audiodescrição na exibição dos vídeos. Para que haja acessibilidade nas <i>lives</i> , seria necessário incluir a audiodescrição quando for exibir vídeos e fotos”.
P12	“O conteúdo apresentado não foi possível fazer a leitura. O apresentador não leu os slides apresentados”. “O apresentador deve, além de se referir ao que está sendo apresentado, fazer a leitura do material e a audiodescrição no momento”.

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas transcritas validam, portanto, a hipótese de que a audiodescrição emerge como uma demanda premente das pessoas com cegueira/deficiência visual para a acessibilidade midiática na internet, embora também explicitem que, mesmo quando a técnica é supostamente adotada, nem sempre o é de modo adequado. Pelos relatos, é patente que, em muitas ocasiões, *slides* não são lidos, dado o pressuposto errôneo de que todos podem enxergar o conteúdo escrito enquanto um apresentador fala, causando prejuízos e assimetrias no acesso à informação transmitida; imagens ou cenas não são traduzidas para a linguagem verbal; a comunicação se faz apoiada em indicações de pistas visuais, como o “aqui, ali, lá, olha aquele risco ali, marque um X aqui”, sem qualquer funcionalidade para a pessoa cega; ou, ainda, detalhes assumem a centralidade da audiodescrição, de maneira contraditória ao esperado e à mensagem central a ser comunicada, porquanto “Não faz sentido ficar relatando as roupas que os participantes usam e não acessibilizar o conteúdo transmitido, a não ser que seja uma *live* ligada a um desfile de modas”. O teor dessas respostas reverbera o que já fora apresentado por Franco e Silva (2010, p. 36), isto é,

Desde seu nascimento até aqui, a AD já percorreu um longo caminho, cruzando continentes e levando a diferentes países a perspectiva de se oferecer maior acesso à informação, à cultura e ao lazer. Apesar dessa trajetória promissora, é importante frisar que a AD não se encontra no mesmo estágio de desenvolvimento em todas as partes do mundo. Em países como o Brasil, por exemplo, o recurso ainda dá seus primeiros passos. É vital, portanto, que pesquisas na área sejam estimuladas e que o recurso ganhe maior visibilidade entre o público em geral, inclusive o vidente. Quanto mais pesquisas, mais publicações e mais cursos formais na área, maior será a consolidação do direito à acessibilidade audiovisual pelas pessoas com deficiência visual, direito esse materializado através da audiodescrição.

Logo, as indicações dos respondentes reforçam a defesa de que, muito além de satisfazer exigências e prescrições legais, é peremptório que os produtos da comunicação audiovisual, inclusive as *lives*, sejam concebidos pela lógica inclusiva do desenho universal, a partir de um processo social de educação dos diversos agentes e agências midiáticos. Isso significa desenvolver e apresentar estratégias comunicativas capazes de alcançar um público cada vez maior e diverso, sem adaptações exclusivas para esse ou aquele segmento, salvo em casos mais extremos. É mister que, da sua gênese à sua veiculação, inclusive em transmissões ao vivo, tais produções considerem o desenho universal, vale dizer, “con-

cepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (Lei n. 13.146, 2015, art. 3. Inciso II). Nesse sentido, a incorporação planejada da audiodescrição, com definição de roteiros e ou de pré-roteiros (ABNT, 2016), consultando-se sempre as pessoas que a reivindicam, é um dos caminhos a serem adotados nessa perspectiva, pois o recurso beneficia não só as pessoas com cegueira/deficiência visual, mas pessoas com dislexia, com déficit de atenção, com deficiência intelectual, com dificuldades de leitura, idosas, entre outras. Trata-se de avançar rumo a uma racionalidade comunicativa não assimétrica, dialógica e autêntica, em busca do entendimento intersubjetivo (Habermas, 2012a, 2012b). A lógica do desenho universal, aplicada à audiodescrição e aos demais processos comunicativos, é uma abordagem promissora para atingir esse fim com equidade, justiça e inclusão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, fruto de um estudo exploratório inicial, sem pretensões generalizantes quanto aos resultados apresentados, buscou-se evidenciar como pessoas cegas, no contexto atual da pandemia da COVID-19, têm se posicionado em relação às *lives*, modalidade comunicativa de transmissões audiovisuais ao vivo e *online*, cada vez mais populares no cotidiano de toda a população brasileira. A hipótese de que audiodescrição é requerida para a acessibilidade dessas pessoas foi ratificada, embora não tenha sido possível, pelos achados do estudo, realizar inferências significativas sobre a relação entre o período de manifestação da cegueira e maior ou menor compreensão das mensagens audio-visuais difundidas pelas *lives*, sejam estas audiodescritas ou não, aspecto que poderá ser abordado em novas pesquisas. Ademais, é válido ressaltar que, embora não se tenham localizado estudos específicos e pontuais sobre a relação entre *lives* e audiodescrição, pelos parâmetros aqui adotados, isso não pode ser entendido como ausência absoluta de pesquisas sobre audiodescrição e os diversos meios de comunicação. Sabe-se que “...os estudos em acessibilidade midiática têm avançado e se desenvolvido” (Spolidoro, 2017, p.325). O problema, a ser dirimido pelos novos investigadores interessados em tal temática, de relevância não só acadêmica, mas social, legal, profissional e econômica, é que, conforme já se observou, “... esse conteúdo todo

está ‘fragmentado’ em diferentes bancos de dados e em diferentes idiomas, o que dificulta a descoberta e organização desse material todo” (Spolidoro, 2017, p. 325). Esse alerta não pode ser ignorado pelos pesquisadores.

Todavia, em que pesem essas limitações do estudo, defende-se que a pessoa cega não seja privada ou posta em desvantagem em relação a toda a riqueza de conteúdos veiculados pelas *lives*. Mesmo sendo ao vivo e com caráter mais espontâneo, é fundamental que se agreguem recursos e estratégias capazes de torná-las acessíveis para o maior número possível de pessoas, considerando o direito à informação, à cultura, à educação e ao lazer como direitos humanos fundamentais e para todos, indistintamente. Por isso, embora a legislação verse, sobretudo, sobre acessibilidade comunicativa nos domínios da programação televisiva, de cinemas e teatros, ou de atos oficiais do poder público, também é imprescindível atenção aos programas, transmissões e conteúdos produzidos para a internet e apenas nela publicizados, garantindo uma comunicação inclusiva, inteligível e polifônica. A audiodescrição, como aqui abordado, é uma das estratégias a serem empregadas pelas *lives*, conforme a própria reivindicação dos participantes da pesquisa, que destacaram a relevância dessa técnica para a compreensão das transmissões *online*, diminuindo a sensação de exclusão e isolamento da pessoa cega no acesso à informação. Há que se fomentar, porém, estudos e pesquisas a esse respeito, pois ainda há muito improvisado nas tentativas de audiodescrição, bem como se necessita definir protocolos mais assertivos de como fazê-la tecnicamente, sempre tendo em destaque a voz das pessoas cegas e dos demais sujeitos que dela mais se beneficiem. Entende-se que “A utilização da AD é uma ação que exige pesquisa, estudo, experimentações e divulgação de propostas bem-sucedidas” (Sousa, 2017, p. 37), algo que, paulatinamente, vem sendo feito no Brasil e que precisa ser ampliado.

A perspectiva do desenho universal coloca-se como um fundamento teórico-metodológico a ser perseguido, na medida em que está conectada à proposta de uma racionalidade comunicativa equitativa e simétrica, não meramente instrumental, nem pautada por quaisquer destes centrismos: audiocentrismo, visuocentrismo, grafocentrismo ou outros tantos que se coloquem como impeditivos à comunicação humana. Antes, essa racionalidade comunicativa, da qual a audiodescrição é parte constitutiva sob a égide do desenho universal, é dialógica, incluyente e plural em suas formas de acesso, participação, veiculação e *entendimento*, de modo que todos

possam dela fruir como participantes de fato e de direito. Talvez assim se possa constituir um novo *ethos* comunicativo, pelo qual se supere, como registrou P7, a “...dificuldade das pessoas [em] realizar a acessibilidade naquilo que promovem. Acredito que é necessário se pôr mais no lugar daquele cidadão o qual precisa da acessibilidade para ter o conhecimento como os demais”. É essa visão múltipla e interativa que se espera ter deixado com este artigo. Em outras palavras, “Reconhecer que as imagens são importantes para todos, e que há diferentes formas de vê-las, é um importante passo para pensarmos nas diversas formas de acesso” (Koehler, 2017, p. 62). Afinal, a vida é muito mais do que aquilo que se vê opticamente. É aquilo que também se vê com palavras, com gestos, com sinais, com sons e com outros tantos signos que constituem a polissemia e a pluralidade da linguagem humana.

## NOTAS

<sup>1</sup> “Desde o início de fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro” (Fundação Oswaldo Cruz, 2020, online).

<sup>2</sup> A título de esclarecimentos, “Google Trends é uma ferramenta gratuita do Google que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ao longo do tempo. Ao pesquisar por uma palavra, o Google Trends mostra um gráfico em que o eixo horizontal representa o tempo e o vertical, o volume de buscas. [...]. Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. Um valor de 100 é o pico de popularidade de um termo. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade. Da mesma forma, uma pontuação de 0 significa que o termo teve menos de 1% da popularidade que o pico” (Farias, 2020, online).

<sup>3</sup> Trata-se do projeto de pesquisa intitulado Outros sentidos para ler e escrever: histórias e memórias de pessoas cegas sobre sua alfabetização, cadastrado e em andamento na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no período de 2020 a 2024.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aderaldo, M. F. e Nunes, M. da S. (2016). A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico. In M. F. Aderaldo, R. de O. Mascarenhas, J. F. Alves, V. L. S. Araújo, & J. F. de L. Dantas (Orgs.), *Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição* (e-book, cap. 1). <https://www.ufrgs.br/comacesso/wp->

[content/uploads/2019/01/Pesquisas-Teo%CC%81ricas-e-Aplicadas-em-Audiodescriç%C3%A7%C3%A7o.pdf](#).

- Agrela, L., Cury, M. E., e Vitorio, T. (2020, 23 de abril). Na quarentena, o mundo virou uma live. *Revista Exame* [online]. <https://exame.com/revista-exame/o-mundo-e-uma-live/>.
- Álvares, L. C. N. (2010). O rádio na sociedade da imagem: será o fim da magia? *Fragmentos de Cultura*, 20(3/4), 243-253. <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1373/919>.
- ANCINE (2014, 18 de dezembro). *Instrução Normativa n.º 116. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas n.º 22, de 30 de dezembro de 2003, n.º 44, de 11 de novembro de 2005, n.º 61, de 7 de maio de 2007 e n.º 80, de 20 de outubro de 2008, e dá outras providências*. ANCINE. <https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-n-o-116-de-18-de-dezembro-de-2014>.
- ANCINE (2018, 8 de outubro). *Instrução Normativa n.º 145. Altera dispositivos das Instruções Normativas n.º 116, de 18 de dezembro de 2014, e n.º 128, de 13 de setembro de 2016*. ANCINE. <https://www.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-145-de-8-de-outubro-de-2018>.
- Araújo, V. L. S. (2010). A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. Em Motta, L.M.V. de M., e Romeu Filho, P. (Orgs.). *Audiodescrição: transformando imagens em palavras* (pp. 93-105). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2016). *NBR 16452: acessibilidade na comunicação - Audiodescrição*. ABNT.
- Aumont, J. (2002). *A imagem* (7 ed.). Papyrus.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Relógio d'água.
- Braun, V. e Clarke, V. (2006). *Usando análise temática em Psicologia*. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3563462/mod\\_resource/content/1/Braun%20e%20Clarke%20Traducao\\_do\\_artigo\\_Using\\_thematic\\_analys.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3563462/mod_resource/content/1/Braun%20e%20Clarke%20Traducao_do_artigo_Using_thematic_analys.pdf).
- Carvalho, L. V. de, Carvalho, A. T. de, Áfio, A. C. E., Silva, A. S. R. da, Silva, M. G. da, e Pagliuca, L. M. F. (2018). Construção de tecnologia assistiva na modalidade curso online para cegos sobre hipertensão arterial. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(4), 2086-2092. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0056>.
- Congresso Nacional (2000, 19 de dezembro). *Lei nº 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm).
- Congresso Nacional (2015, 6 de julho). *Lei nº 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).
- Deleuze, G. (1985). *Cinema 1: A imagem-movimento*. Brasiliense.
- Farias, F. (2020, 9 de maio). Google Trends: o que é a ferramenta e como usá-la na sua estratégia. *Resultados Digitais*. <https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-google-trends/>.
- Ferreira, A. F. B. C. (2014). Áudio-descrição: construindo imagens pela palavra [entrevista concedida ao Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Benjamin Constant]. *Boletim Informativo do Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Benjamin Constant*, 1(7), 1-2. [http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DTE/DDI/Boletins\\_Centro\\_de\\_Estudos/2014/boletim\\_agost\\_o\\_setembro.pdf](http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DTE/DDI/Boletins_Centro_de_Estudos/2014/boletim_agost_o_setembro.pdf).
- Franco, E. P. C. e Silva, M. Cristina C. C. da (2010). Audiodescrição: breve passeio histórico. Em Motta, L.M.V. de M., e Romeu Filho, P. (Orgs.). *Audiodescrição: transformando imagens em palavras* (pp. 23-42). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.
- Fulchignoni, E (1975). *La civilisation de l'image ou les Boîtes de Pandore*. Payot.
- Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Covid 19: perguntas e respostas*. Fio Cruz. <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que->

doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19.

- Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (Orgs.). (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.
- Habermas, J. (2012a) *Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social* (v. 1.). Editora WMF Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012b) *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista* (v. 2.). Editora WMF; Martins Fontes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico: principais resultados - características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>.
- Jesus, P. S. de (2009, maio). Sistema Braille e semiótica: a representação tátil do universo imagético. En VVAA. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem* (pp. 413-417). UEL. [http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/jESUS\\_pATRICIA.pdf](http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/jESUS_pATRICIA.pdf).
- Koehler, A. D. (2017). *Audiodescrição: um estudo sobre o acesso às imagens por pessoas com deficiência visual no Estado do Espírito Santo* [tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositorio UFES. [https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6844/1/tese\\_11673\\_TESE%20%28ANDRESSA%29.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6844/1/tese_11673_TESE%20%28ANDRESSA%29.pdf)
- Macambira, L. dos S. A. (2018). Qué cosa es mirar? Aprendendo a ver com pessoas que não veem (apenas) com os olhos. *Pedagogía y Saberes*, 49, 127-135. <http://www.scielo.org.co/pdf/pys/n49/0121-2494-pys-49-00127.pdf>.
- Masini, E. F. S. (1996). A experiência perceptiva, o corpo e a pessoa deficiente visual. *Cadernos de Psicologia*, 2(1), 39-44. <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/10>.
- Minayo, M. C. de S. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. En Minayo, M.C. de S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (18a ed., pp. 9-29). Vozes.
- Ministerio de Estado das Comunicações (2010, 24 de março). *Portaria nº 188. Altera a redação da Norma Complementar nº 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006*. Agência Nacional de Telecomunicações. <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-dm/443-portaria-188>.
- Motta, L. M. V. de M. & Romeu Filho, P. (2010). Apresentação. In L. M. V. de M. Motta & P. Romeu Filho (Orgs.), *Audiodescrição: transformando imagens em palavras* (pp. 11-12). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.
- Naves, S. B., Mauch, C., Alves, S. F., e Araújo, V. L. S. (Orgs.). (2016). *Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis*. [https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Guia\\_para\\_Producoes\\_audiovisuais\\_Acessiveis\\_projeto\\_grafico\\_.pdf](https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Guia_para_Producoes_audiovisuais_Acessiveis_projeto_grafico_.pdf).
- Nunes, S. da S., e Lomônaco, J. F. B. (2008). Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 12(1), 119-138. <https://www.scielo.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a09.pdf>.
- Oliveira, T. M. V. de. (2001). Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração On Line: prática, pesquisa, ensino*, 2(3), 1-15. [https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivo\\_s/veludo\\_-\\_amostragem\\_ao\\_probabilistica\\_adequacao\\_de\\_situacoes\\_para\\_uso\\_e\\_limitacoes\\_de\\_amostras\\_por\\_conveniencia.pdf](https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivo_s/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf).
- Pombo, O., e Guerreiro, A. (Eds.). (2012). *Da Civilização da Palavra à Civilização da Imagem*. Fim de século.
- Presidência da República (2004, 2 de dezembro). *Decreto nº 5.296. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm).
- Romero-Fresco, P. (2013). Accessible filmmaking: joining the dots between audiovisual translation, accessibility and filmmaking. *The Journal of Specialised Translation*, 20, 201-223. [http://www.jostrans.org/issue20/art\\_romero.php](http://www.jostrans.org/issue20/art_romero.php)
- Silva, K. R. da (2018). *Alfabetização e letramento de crianças cegas em diferentes contextos* [tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositorio UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUO>

S-  
B24PN6/1/tese\_katia\_regina\_da\_silva\_par\_a\_cd.pdf.

- Sousa, I. V. de (2017). Audiodescrição: o que é? Como se faz? *Revista EDaPECI*, 17(3), 34-45. DOI: <https://doi.org/10.29276/redapeci.2017.17.036430.34-45>.
- Souza, J. B. de. (2018). Cegueira, acessibilidade e inclusão: apontamentos de uma trajetória. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 564-571. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000092018>.
- Spolidorio, S. (2017). Mapeando a tradução audiovisual acessível no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 56(2), 313-345. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/010318138648885280741>.
- Vergara-Nunes, E. (2016). *Audiodescrição didática* [tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis]. Repositorio UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167796/341239.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Vergara-Nunes, E., Dandolini, G., Souza, J. A. de, e Vanzin, T. (2010). Mídias do conhecimento: um retrato da audiodescrição no Brasil. *DataGramaZero: Revista de Informação*, 11(6). <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/712/3/Midias%20do%20conhecimento%20-%20um%20retrato%20da%20audiodescricao%20no%20Brasil.pdf>.

